

A ideologia academicista na literatura brasileira: a *Revista Brasileira* e os discursos acadêmicos*

Maurício Silva¹

Universidade de São Paulo

Resumo

O presente artigo analisa o contexto cultural do pré-modernismo brasileiro, destacando o processo de canonização do autor pela historiografia literária e revela outros aspectos estéticos e literários da Literatura Brasileira. Além disso, este artigo analisa as possíveis relações entre autores pré-modernistas e a Academia Brasileira de Letras, durante a passagem do século XIX para o XX.

Palavras-chave: Pré-modernismo; literatura brasileira; historiografia literária; *Revista Brasileira*; discursos acadêmicos.

Abstract

The present article analyses the cultural context of Brazilian pre-modernism, and points out the process of canonization by the literary historiography, and it reveals some aesthetic and literary aspects of Brazilian Literature. Furthermore, the present article analyzes the relationship between the pre-modernist writers and the Brazilian Academy of Letters at the turn of the XIX to XX century.

Keywords: Pre-modernism; Brazilian literature; literary historiography; *Revista Brasileira*; academic discourse.

Uma das características mais instigantes da Literatura Brasileira é a existência de um *corpo social* que, inspirado por um complexo ideário encomiástico—o qual funciona como sustentação ideológica do movimento academicista—

* The academic ideology and brazilian literature: *Revista Brasileira* and academic speeches

¹ Endereço para correspondências: Rua Dona Veridiana, 220, ap.73, São Paulo, SP (E-mail: maurisil@gmail.com).

atua nos quadros de nossa sociabilidade literária, na passagem do século XIX para o XX. Ao contrário do que possa parecer, essa ideologia encontra-se moldada por uma pragmática literária regulada, em que obras e autores valem tanto pelo que dizem quanto pelo modo como expõem – esteticamente – suas idéias.

Nesse sentido, torna-se particularmente proveitoso o estudo de alguns elementos constitutivos dessa ideologia, elementos que vão agir, naquela passagem de século, como uma espécie de divisor de águas entre dois modos diversos de atuação literária e de sociabilidade: trata-se, primeiro, da *Revista Brasileira* (1895-1900), berço institucional da Academia Brasileira de Letras e do ideário estético acadêmico; e, segundo, dos *discursos* proferidos pelos literatos em sessões acadêmicas. Ambos apontam para algumas características ideológicas que serão, ao longo de todo esse período, resgatadas pelos acadêmicos institucionalizados.

Uma revista de formação acadêmica

Assim como os românticos da primeira geração se agruparam em torno do Instituto Histórico e Geográfico, da revista *Niterói* (e, depois, da *Minerva Brasiliense*) e de personalidades de destaque do século XIX, a fim de promoverem a oficialização – ainda que não-declarada – da estética romântica (CÂNDIDO, 1981), também os literatos da passagem do século se agruparam em torno da Academia Brasileira de Letras, da *Revista Brasileira* e de personalidades da época, com propósitos semelhantes.

A *Revista Brasileira*, em sua terceira fase, surge como resultado do espírito empreendedor de José Veríssimo (EL FAR, 1997; OLIVEIRA, 1997), que se apressa, desde o começo, em desvincular o periódico da Academia Brasileira de Letras, embora seja notório o fato de que, primeiro, ela tenha servido de embrião da própria instituição a que se filiava e, segundo, seus colaboradores eram, em sua maioria, acadêmicos consagrados. Assim, um ano depois da fundação da Academia, José Veríssimo declara, respondendo a uma afirmação veiculada na célebre *Revue des Revues*, que a *Revista Brasileira* “não é órgão oficial nem officioso da Academia Brasileira” (VERÍSSIMO, 1898, p. 246). O fato é que a *Revista Brasileira* surge como uma espécie de apoio institucional a um fazer literário que, em pouco tempo,

seria tomado como modelo a ser seguido pelos membros da Academia Brasileira de Letras, embora seu aparecimento tenha sido saudado até por críticos aparentemente avessos a uma tentativa de institucionalização da literatura nacional, como é o caso de Araripe Júnior, em seu famoso opúsculo *O movimento literário de 1893*, que a coloca como um dos mais importantes acontecimentos da vida cultural brasileira (JÚNIOR, 1963).

A crítica contemporânea tem sido unânime na vinculação da revista à oficialidade literária promovida pela Academia, como nos revelam as afirmações de Machado Neto, para quem é possível detectar, nos últimos anos do Império, um grupo oficial que se posicionou em torno da *Revista Brasileira* e da Academia Brasileira de Letras (MACHADO NETO, 1973); ou de Antônio Dimas, para quem:

[...] contemporânea da fundação da Academia Brasileira de Letras, esta e aquela [a Revista Brasileira] espelhavam-se reciprocamente na sisudez intelectual que lhe imprimiam seus responsáveis maiores e mais aplicados: Veríssimo, na revista; Machado, na Academia (DIMAS, 1994, p. 557).

Se tal vinculação pudesse ser disfarçada ou renegada, isso se daria não pelas já citadas deblaterações de um José Veríssimo nas páginas da mesma revista, mas antes pela tentativa de aproximar o periódico de uma ideologia pretensamente pautada no ecletismo literário e ideológico. Há fortes indícios que caminham para essa constatação, como se pode depreender das palavras de Sérgio Miceli, para quem a *Revista Brasileira* já sinalizava para a heterogeneidade que marcaria a Academia Brasileira de Letras, conjugando autores antigos e modernos (MICELI, 1979); ou como se pode inferir das afirmações de uma testemunha ocular e membro da própria Academia, Souza Bandeira, que afirma peremptoriamente:

[...] quando, na dispersão geral, ninguém se lembrava de coisas intelectuais, o diretor da Revista (José Veríssimo) levantou a bandeira da cultura, chamando a campo todas as boas vontades. Não se inquiria a idade, posição social, das opiniões políticas, religiosas ou literárias dos colaboradores (...)

Os sobreviventes do romantismo, os parnasianos impassíveis, os tenebrosos simbolistas, fraternizavam docemente, movidos pelo mesmo amor á poesia, que cada um entendia ao seu modo (BANDEIRA, 1917, p. 191/192).

Até mesmo no editorial de seu primeiro número, a *Revista Brasileira* expõe uma espécie de profissão-de-fé eclética, a fim de desfazer mal-entendidos que desde o princípio se propagaram:

[...] republicana, mas profundamente liberal, [a Revista Brasileira] aceita e admite todas as controvérsias que não se achem em completo antagonismo com a inspiração da sua direcção. Em Política, em Philosophia, em Arte não pertence a nenhum partido, a nenhum systema, a nenhuma escola. Pretende ser simplesmente uma tribuna onde todos os que tenham alguma cousa que dizer e saibam dizê-la, possam livremente manifestar-se (ANÔNIMO, 1895, p. 3).

Não nos deixemos enganar, contudo, com semelhante afirmação, pois se, do ponto de vista ideológico, a *Revista Brasileira* – e seu prolongamento institucional, a Academia – revelaram-se, ao menos em teoria, ecléticas, do ponto de vista estético, procuraram alinhar-se por uma clara ideologia academicista: no próprio editorial citado, salta aos olhos a afirmação de que a *Revista Brasileira* aceitaria todas os posicionamentos ideológicos “que não se achem em completo antagonismo com a inspiração da sua direcção”, o que já é, em si mesmo, uma inapelável delimitação. Além disso, as intenções declaradas não condiziam com a realidade, já que uma rápida visada no índice dos vinte volumes da revista nos revela um subliminar processo seletivo, contando com uma maioria de articulistas ligados ao ideário estético da Academia e com esporádicas contribuições de autores que professavam outros ideários estéticos, como os simbolistas, os decadistas, os adeptos da literatura “social” etc. Ademais, personalidades visceralmente ligadas à estética academicista não mediam esforços para atacar – nas próprias páginas da revista – autores que consideravam inaptos a figurar no panteão das personalidades institucionalizadas.

É o caso de Múcio Teixeira que, num artigo sobre a Literatura Brasileira Contemporânea, critica acerbamente as novas estéticas não-acadêmicas, que se instauraram no país, concluindo: “paira uma sofreguidão indomável sobre o meio literário e artístico, tão perigosa quão semelhante ao anarquismo neste momento político e social” (TEIXEIRA, 1895, p. 379). Graça Aranha, outro acadêmico de primeira ordem, tratando de assunto semelhante para a mesma revista, parece corroborar aquela assertiva, ao afirmar que

[...] o simbolismo não tem, no entretanto, um representante superior; está ainda informe, apesar das tentativas do Sr. Affonso Guimarães (sic) para adquirir originalidade e libertar-se da imitação e do gongorismo, que tanto há prejudicado a nova escola, [denominada] tendencia livre ou reaccionaria da esthetica (ARANHA, 1898, p. 211/212)

E isso tudo, considerando que o simbolista citado, Alphonsus de Guimaraens, mesmo que com uma participação quase inexpressiva, foi um dos poucos poetas não-parnasianos a ter seus versos aceitos para publicação na própria *Revista Brasileira*, já que o Simbolismo cruzaria as portas do panteão acadêmico, apenas tardiamente, por meio da figura de Félix Pacheco.

Valorizando, portanto, uma estética passadista, que via nos parnasianos e nos autores institucionalizados expressões máximas da literatura nacional; desprezando, na prática, divergências literárias e ideológicas que pudessem servir de contraponto ao ideário ético e estético mais tarde sancionado e consagrado pelos acadêmicos; assumindo, embora jamais às claras, uma oficialidade que fazia dela o embrião da Academia Brasileira de Letras; selecionando, enfim, com certo rigor aqueles autores que poderiam participar da formação da revista e, mais tarde, da própria Academia, a *Revista Brasileira* atuava, de fato, como mais um dos fundamentos ideológicos e estéticos da literatura academicista.

Oradores oficiais da Academia

Ao lado da *Revista Brasileira*, o academicismo literário encontrará fundamentos ideológicos bem mais consistentes e sistemáticos em seus *discursos* de inauguração, de recepção, de encerramento do ano acadêmico,

de posse, de resposta e de elogio. Trata-se de um curioso *corpus* “literário”, por meio do qual se podem seguir mais de perto os passos, nem sempre retilíneos e firmes, da ideologia academicista no período em estudo.

Mais do que as revistas, os discursos foram moldando a ideologia academicista ao longo dos anos, sobretudo das primeiras décadas de existência da Academia. Nesse sentido, não é difícil entrever neles algumas constantes ideológicas bastante caras ao academicismo literário, como o cosmopolitismo, o aristocratismo, o purismo lingüístico etc. Assim, em meio a arroubos encomiásticos próprios de uma confraria que prezava o corporativismo e o bom relacionamento *inter pares*, em meio a sessões folclóricas e polêmicas e a uma série de exposições “críticas” e “analíticas” que se ocupavam mais do retoricismo de superfície - aqui entendido como um discurso pomposo, mas vazio de conteúdo - que das idéias de fundo, em meio a tudo isso, os acadêmicos expunham a ideologia pela qual se pautavam a estética e a ética da agremiação que representavam.

Houve, é certo, alguns casos em que o discurso de posse teria criado certa celeuma, redundando em situações folclóricas, polêmicas ou anedóticas, como o discurso de posse de Emílio de Menezes (1918), recusado pela Academia em função de alusões pessoais pouco abonadoras; como o discurso de recepção do recém-eleito Euclides da Cunha, proferido por Sílvio Romero (1906), em que o ilustre pensador teria aproveitado a presença do então presidente Afonso Pena para atacar sua política de valorização do café, conhecida como Convenção de Taubaté, motivo de censura prévia, desde então, de todos os discursos da Academia; como o discurso de recepção de Dantas Barreto, proferido por Carlos de Laet (1911), que atacou veementemente a memória de Joaquim Nabuco, a quem Dantas Barreto estava substituindo, acusando-o de desertor, por sua adesão ao regime republicano.

Porém, entre um ou outro desliz, os discursos revelam-nos uma gama de sugestões, afirmações e tomadas de posicionamentos éticos e estéticos bastante reveladora do ideário academicista. Nesse sentido, uma das idéias mais caras aos acadêmicos e que serviria de fundamento ideológico para a Academia Brasileira de Letras é a concepção que tinham seus componentes da gênese da própria literatura brasileira. Para Joaquim Nabuco, por exemplo, então secretário geral da Academia, em seu discurso da Sessão Inaugural da instituição (1897), a literatura brasileira deveria ser considerada basicamente a partir de seu vínculo - na sua opinião, indelével - com uma origem européia, sobretudo francesa:

[...] julguei sempre estéril a tentativa de criarmos uma literatura sobre as tradições de raças que não tiveram nenhuma [tradição]: sempre pensei que a literatura brasileira tinha que sair principalmente do nosso fundo europeu (CAMPOS, 1960, p. 15).

Os discursos acadêmicos são também reveladores quanto ao papel desempenhado pela Academia no meio literário nacional, a qual atuaria como entidade sistematizadora, consagradora e condutora moral de nossa produção literária. É, pelo menos, o que sugerem em seus discursos de recepção, primeiro, Alcides Maya (1914), para quem “a função da Academia é ligar o Brasil de norte a sul, *sistematizando e consagrando* todas as manifestações da alma coletiva” (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 1935, p. 10, grifos meus); e, segundo, Antônio Austregésilo (1918), para quem incumbe à Academia:

[...] o dever de contrariar essa tendência nacional do menospreço, e só ela pode fazê-lo com eficácia, por ser o centro da federação literária do Brasil. Cabe-lhe dirigir a nossa literatura, zelar por ela, protegê-la, ativando, propagando, disseminando o conhecimento das nossas produções, estimulando o gosto literário e firmando a nossa tradição (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 1935, p. 57, grifos nosso).

Mais do que as questões ideológicas aqui aventadas, podem-se apontar duas idéias recorrentes que os discursos acadêmicos contemplam: a primeira é a de que uma das funções primordiais da Academia seria zelar pela conservação e pureza da Língua Portuguesa; a segunda é a idéia de aristocratismo, em função da qual os acadêmicos eram alçados à condição de espécimes distintas de artistas, ocupando uma posição de destaque em nosso meio sociocultural.

É curioso, por exemplo, perceber que ao mesmo tempo em que Pedro Lessa – em seu discurso de sucessão de Lúcio de Mendonça, em 1910 – defende a idéia de que a Academia tem como uma de suas principais atribuições zelar pela pureza da nossa língua, para Coelho Neto –

em seu discurso de recepção a Osório Duque-Estrada, em 1916 –, a língua portuguesa tem sido maculada por bárbaros que a abastardam e a envelhecem. Este ideário purista e de clara extração aristocrática e segregacionista, na medida em que renega qualquer diversidade lingüística, está presente na maior parte dos discursos acadêmicos, como ilustram algumas passagens de Miguel Couto – agora no discurso de sucessão de Afonso Arinos, em 1919 –, para quem “são os bons escritores, oh! os raros bons escritores! que lhes [das línguas] guardam a incorruptibilidade e a nobreza” (CAMPOS, 1960, p. 311); e de Rodrigo Octávio – na resposta ao discurso de recepção de Alcides Maya, em 1914 –, para quem:

[...] a Academia aspira exercer na formação e apuro desse idioma nosso, tão opulento e flexuoso, a ação paralela de o preservar de desvios que o deturpem e desfigurem, e de lhe enriquecer o mealheiro de vocábulos de expressões típicas e sugestivas, que o gênio de nossa raça por toda a parte engendra, transmite e perpetua (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 1935, p. 36).

Como sugerimos anteriormente, tais concepções estão vincadas por um ideário permanentemente segregacionista, mesmo que alguns acadêmicos procurem desfazer esse equívoco com posicionamentos supostamente mais liberais, na medida em que parecem fazer concessões a um linguajar popular. Analisemos esse trecho em que Machado de Assis – no discurso de encerramento do Primeiro Ano Acadêmico, em 1897 – explicita um dos propósitos da Academia: “a Academia (...) buscará ser, com o tempo, a guarda da nossa língua. Caber-lhe-á então defendê-la daquilo que não venha das fontes legítimas – o povo e os escritores” (CAMPOS, 1960, p. 22). A idéia de povo, presente nesse trecho, parece-nos mais retórica – no sentido figurado, de discurso vazio e empolado – do que verdadeira, pois, encastelados no seu aristocratismo simbolizado não poucas vezes pela torre de marfim, os acadêmicos estavam muito mais propensos a tomarem para si próprios o “dever” da manutenção da pureza da língua do que a aceitar a contribuição, aos olhos de muitos deles, deletéria da população. Com efeito, como dissera Olavo Bilac – em seu discurso de elogio a Gonçalves Dias, em 1901 –,

ao defender o culto do idioma, “não se dirá que seja enriquecer uma língua o deturpá-la, o desconjuntá-la, o transformá-la na *algaravia grosseira que corre as ruas*” (CAMPOS, 1960, p. 36).

Esse aristocratismo velado, que presenciamos ao ler alguns dos mais célebres e prestigiados oradores da Academia, surge mais explicitamente quando o assunto deixa a seara lingüística para tocar em questões mais genéricas, como a função institucional da Academia ou a posição que o artista acadêmico deve assumir diante da sociedade.

Para Machado de Assis, por exemplo, em discurso já citado, a Academia tem uma função aristocrática:

[...] a Academia Brasileira de Letras tem de ser o que são as associações análogas: uma torre de marfim, onde se acolham espíritos literários, com a única preocupação literária (...) Homens daqui podem escrever páginas de história, mas a história faz-se lá fora (CAMPOS, 1960, p. 20/21).

Há afirmações bastante curiosas e reveladoras nesse pequeno trecho, destacando-se, sobretudo, aquela idéia já aludida aqui do aristocratismo inacessível, simbolizado pela imagem da *torre de marfim*, mas também essa afirmação de que a Academia deve agrupar apenas aqueles que têm como preocupação exclusiva a literatura, o que vai de encontro à teoria dos expoentes, adotada anos mais tarde por acadêmicos notórios, como estratégia para o ingresso na Academia de personalidades não-literatas.

Semelhante ideário perpetua-se pelos mais variados discursos acadêmicos, na pena dos mais diversos escritores e intelectuais e em épocas igualmente distintas. Para Francisco de Castro, em seu discurso de sucessão de Visconde de Taunay (1900), o mundo das letras está acima da mediocridade democrática e os escritores devem se colocar além da “condição terrena”; os acadêmicos, nesse sentido, seriam uma espécie de eleitos, pois “[o espírito literário] é um poder aristocrático por excelência” (CAMPOS, 1960, p. 47). Para Mário de Alencar, em discurso de recepção de Antônio de Austregésilo (1914), o escritor forma uma casta privilegiada, podendo, metaforicamente, ser comparado aos deuses. E para João do Rio, em discurso de recepção a Luiz Guimarães Filho (1917), os artistas, seres especialmente dotados de uma espécie de dom divino, seriam:

[...] os iluminados, os organistas da grande catedral que no tesouro da polifonia colhem a unidade universal (...) as pequenas inteligências, porém, não ascendem jamais a tais altitudes de compreensão. Escapa-lhes sempre a aptidão para o sublime das pedras iluminadas (CAMPOS, 1960, p. 260).

Estas manifestações sistemáticas de uma espécie de aristocratismo literário e social podem ser percebidas ainda nas palavras de um Rodrigo Octávio, de um Austregésilo de Ataíde, de um Affonso Celso e muitos outros. Trata-se, enfim, de um dos pontos mais salientes – ao lado daqueles já aqui revelados – do ideário academicista, divulgado com empenho e convicção por meio dos discursos proferidos nos eventos oficiais da Academia.

Considerações finais

Assim, a formação de um ideário a sustentar a *estética* academicistas passa pela assimilação e divulgação de alguns conceitos caros aos princípios *éticos* da Academia Brasileira de Letras, que vão da formação de uma tradição literária brasileira (a qual pode, por exemplo, ser simbolizada pelos nomes escolhidos como patronos das quarenta venerandas cadeiras da instituição) até a manutenção de uma linguagem purista e a sustentação de um espírito de casta.

Referências bibliográficas

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Discursos Acadêmicos (1914-1918)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1935.

ANÔNIMO. “Editorial”. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, Laemmert, Tomo Primeiro, 1895, p. 3.

ARANHA, G. “A Literatura Actual do Brazil”. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, Laemmert, Tomo Décimo-Terceiro, 1898, p. 208-214.

BANDEIRA, S. *Páginas Literárias*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1917.

CAMPOS, H.de. *Antologia da Academia Brasileira de Letras*. Trinta anos de discursos acadêmicos. 1897-1927. Rio de Janeiro, W. M. Jackson, 1960.

CÂNDIDO, A. *Formação da Literatura Brasileira (Momentos Decisivos)*. Belo Horizonte, Itatiaia, Vol.2, 1981.

DIMAS, A. "A Encruzilhada do Fim do Século". In: PIZARRO, Ana (org.). *América Latina. Palavra, Literatura e Cultura. Emancipação do Discurso*. Memorial/Unicamp, São Paulo/Campinas, vol. 2, 1994, p. 538-557.

EL FAR, A. *A Encenação da Imortalidade. Uma Análise da Academia Brasileira de Letras nos Primeiros Anos (1897-1924)*. São Paulo, FFLCH/USP, 1997 (Dissertação de Mestrado).

JÚNIOR, A. *O Movimento Literário de 1893. O Crepúsculo dos Povos. Em Obra Crítica de Araripe Júnior*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura/Fundação Casa de Rui Barbosa, Vol. III, 1963.

MACHADO NETO, A. L. *Estrutura Social da República das Letras (Sociologia da Vida Intelectual Brasileira. 1870-1930)*. São Paulo, Grijalbo/Edusp, 1973.

MICELI, S. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo, Difel, 1979.

OLIVEIRA, A. L. M. C. *Revistas em Revista... Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República. 1890-1922*. São Paulo, FFLCH/USP, 1997 (Tese de Doutorado).

TEIXEIRA, M. "A Literatura Brasileira. Synthese Historica". *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, Laemmert, Tomo Quarto, 1895, p. 367-379.

VERÍSSIMO, J. "Notas e Observações". *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, Laemmert, Tomo Décimo-Terceiro, 1898, p. 246-249.